

12º CONGRESSO DA APDR

Como avaliar projectos de desenvolvimento integrado? Uma abordagem económica aplicada à Região do Douro¹

João Rebelo², Leonida Correia e Artur Cristóvão

Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD), Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)
Av. Almeida Lucena, 1, 5.000 – 660 Vila Real, Portugal, Telefone: 259.302.200; Fax: 259.302.249
jrebelo@utad.pt, lcorreia@utad.pt, acristov@utad.pt

RESUMO

A Acção Integrada de Base Territorial do Douro foi formalizada em 2000, com o intuito de contribuir para o fortalecimento da coesão territorial e institucional e para a valorização dos recursos endógenos e a estruturação do sistema económico regional. Para o alcance destes objectivos foram concretizados projectos integrados nas categorias: requalificação urbana e paisagística; valorização ambiental; construção e requalificação de infra-estruturas e equipamentos para reforço da competitividade regional; animação, promoção e divulgação de produtos, bens patrimoniais e actividades (projectos imateriais); e, excepcionalmente, intempéries. O principal objectivo deste artigo é quantificar a eficiência global dos objectivos e do conjunto da Acção e, adicionalmente, recorrendo a um modelo *ordered probit*, inferir da potencial influência do montante FEDER, do tipo de promotor e da tipologia de projecto na classificação qualitativa dos projectos. Os resultados obtidos permitem concluir que o conjunto de projectos revelou uma forte conformidade com os objectivos da Medida. Deste facto resultou que a Eficiência Global da Acção pode ser classificada como “Muito Boa”.

¹ Esta comunicação resulta do Estudo de Avaliação Estratégica da Acção Integrada de Base Territorial do Douro (Cristóvão *et al.*, 2005), conduzido por uma equipa de investigadores do DESG/UTAD, da qual os autores fizeram parte. O Estudo foi financiado pela CCDR-N. Naturalmente que as opiniões, erros ou omissões contidas neste artigo são da exclusiva responsabilidade dos autores.

² Autor para correspondência.

Como avaliar projectos de desenvolvimento integrado? Uma abordagem económica aplicada à Região do Douro

João Rebelo, Leonida Correia e Artur Cristovão

1. Introdução

Na história do pensamento económico, a questão do crescimento da economia tem sido objecto de permanente estudo e de formalização de vários modelos. Durante o século XX foram desenvolvidas teorias que diferem nos elementos considerados como origem do crescimento, bem como nas características deste. De entre estas, merece destaque a do crescimento endógeno, a qual assume como fonte do crescimento o capital físico, o capital humano, a tecnologia, as infra-estruturas e os mercados financeiros. O papel do Estado é assumido como relevante na criação de condições de contexto e de difusão de conhecimento favoráveis a uma dinâmica de investimento privado.

De acordo com Ribeiro e Santos (2006: 168), *“o crescimento organiza-se em torno da expansão e transformação de actividades pré-existentes, utilizando o potencial de recursos e de inovação disponíveis no território, condicionado pela estrutura social e cultural e códigos de conduta da comunidade humana sedeadas em particulares territórios, que o favorecem ou limitam e, em todo o caso, lhe dão o seu formato singular”*.

Nesta linha de pensamento, para os mesmos autores (Ribeiro e Santos, 2006: 168), *“de um ponto de vista de política, partindo do quadro conceptual esboçado, as acções a desenvolver devem contemplar a disponibilidade de recursos da comunidade e a sua potenciação económica, sejam eles recursos naturais, localização do território, trabalho e respectiva qualificação, sejam capacidade empresarial, poupança acumulada e conhecimento prático dos mercados e circuitos económicos”*.

Esta perspectiva de crescimento endógeno do território está claramente assumida na Acção Integrada de Base Territorial do Douro (AIBT-Douro), a qual definiu como objectivos principais: o fortalecimento da coesão territorial e institucional; e a valorização dos recursos endógenos e estruturação do sistema económico regional.

Todavia, não pode ser esquecido o facto de o investimento público implicar a absorção de recursos financeiros escassos susceptíveis de usos alternativos. Daí decorre a necessidade de uma avaliação económica da sua eficiência. Esta tem de se basear num critério de comparação entre benefícios e custos. Tal constitui matéria de difícil aplicação, dada a

subjectividade da questão, em especial do lado dos benefícios, pois a maioria destes não têm expressão em termos de preços de mercado.

O principal objectivo deste artigo é quantificar a eficiência global dos objectivos e do conjunto da Acção e, adicionalmente, recorrendo a um modelo *ordered probit*, inferir da potencial influência do montante FEDER, do tipo de promotor e da tipologia de projecto na classificação qualitativa dos projectos.

Para o alcance do objectivo proposto, além da secção introdutória, o artigo incluiu uma breve caracterização da AIBT-Douro e do território (secção 2), dos projectos aprovados (secção 3), a descrição, metodológica e empírica, do processo de avaliação (secção 4), terminando com algumas conclusões (secção 5).

2. Breve caracterização da AIBT-Douro e do território

O Programa Operacional da Região Norte 2000-2006 (ON) incluiu, no seu Eixo Prioritário II, quatro Acções Integradas de Base Territorial (AIBT) sub-regionais, co-financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), entre elas a AIBT-Douro³ (Medida 2.1). Esta medida estabeleceu como objectivos: (1) fortalecer a coesão territorial e institucional; e (2) valorizar os recursos endógenos e a estruturação do sistema económico regional. A tipologia das acções e sub-acções a desenvolver para atingir os objectivos específicos identificados para a medida constam do Quadro 1.

Quadro 1 – Tipologia de acções e sub-acções da AIBT-Douro

Qualificação do território e reforço da articulação dos seus actores	Valorização do potencial endógeno e reforço da competitividade regional	Intempéries
Reforço dos centros históricos durienses; Qualificação ambiental de espaços urbanos; Criação de uma rede de aldeias e valorização do património rural; Recuperação de edifícios de valor patrimonial; Implementação de projectos digitais para reforçar a articulação e a coesão institucional do Douro; Lançamento de projectos demonstrativos da aplicação das novas tecnologias ao ordenamento e planeamento do território.	Defesa e valorização do património agro-genético regional; Promoção dos produtos agro-alimentares; Apoio a dinâmicas de valorização dos vinhos do Douro; Promoção e reforço da componente de investimento e experimentação no sector agro-florestal; Acções de estímulo à organização sócio-profissional dos sectores económicos tradicionais; Estruturação da oferta turística regional, consolidando e lançando novos projectos turísticos integrados; Serviços e infra-estruturas de apoio aos prestadores de serviços turísticos da Região; Acções inovadoras de carácter demonstrativo em componentes relevantes da oferta turística regional; Reforço da articulação institucional dos actores turísticos do Douro.	Acções que visem a reconstrução e recuperação de equipamentos e infra-estruturas afectados por condições climáticas excepcionalmente adversas. (reconstrução de infra-estruturas, essencialmente, rodoviárias, destruídas com as intempéries de 2000/01)

Fonte: CCRN (2002).

³ As outras medidas foram a Minho-Lima, a Entre Douro e Vouga e a Vale do Sousa, assim como a AIBT – Empregabilidade, abrangendo toda a Região, co-financiada pelo Fundo Social Europeu e concentrada na designada Medida 2.5.

Em termos geográficos, a Acção incidiu sobre um território de 5.173 km², com uma população de 290.033 habitantes (em 2001), integrando os concelhos que podem ser visualizados na Figura 1.



Figura 1 – Área geográfica da AIBT-Douro

Em termos socio-económicos, os 22 concelhos integrantes da AIBT- Douro apresentam acentuadas desigualdades internas, convivendo pólos de média dimensão e certo dinamismo económico, com extensas áreas rurais, marcadas pela predominância da agricultura e uma baixa densidade populacional.

Em termos de dinâmicas demográficas, económicas e sociais (Cristóvão *et al.*, 2005), o território em análise sofre de declínio demográfico, envelhecimento populacional, elevada taxa de analfabetismo e elevado abandono escolar, com as pessoas mais qualificadas a viverem, sobretudo, nas localidades de maior dimensão. Adicionalmente, ainda que as acessibilidades rodoviárias inter e intra região tenham melhorado muito nas últimas duas décadas, há ainda investimento público a realizar, por exemplo: na conclusão dos grandes eixos que atravessam vertical e horizontalmente o território; na melhoria da malha de rodovias intra território; e na melhoria da rede ferroviária da Linha

do Douro e das regionais, essencialmente, para suporte e incremento dos fluxos turísticos. Ao nível das infra-estruturas ambientais, persistem carências no plano do tratamento das águas residuais em alguns concelhos, sendo, ainda necessário dar atenção à depreciação da rede de águas e ao esgotamento da capacidade das unidades de tratamento de resíduos sólidos urbanos, sem descurar a recolha e tratamento de uma miríade de resíduos e dissonâncias ambientais provocadas por actividades comerciais e industriais dispersas por todo o território.

Além dos serviços públicos e comércio, a actividade económica assenta, sobretudo, na agricultura e em unidades de pequena e micro-dimensão, difusas pelo território e fortemente baseadas em produtos locais. O turismo tem vindo a ganhar crescente importância económica, sendo as expectativas para os próximos anos muito positivas, podendo constituir a âncora de outras actividades económicas, em especial dos serviços e da produção de produtos locais de elevado valor acrescentado. Os grandes suportes do turismo são a “paisagem cultural evolutiva viva” que está associada ao Alto Douro Vinhateiro e à riqueza patrimonial (material e imaterial) do território.

3. Caracterização dos projectos

Feita uma breve apreciação do posicionamento do território, nesta secção caracterizam-se os projectos enquadrados na AIBT-Douro, tendo por base as seguintes variáveis agremiadoras: área temática (tipo), entidade promotora, âmbito espacial e natureza material ou imaterial do projecto.

Os 135 projectos aprovados foram agregados nos seguintes tipos:

1. *Requalificação urbana e paisagística*: arranjos urbanísticos e requalificação de centros urbanos; remodelação e qualificação paisagística de áreas urbanas e de edifícios de interesse patrimonial; recuperação e valorização de edifícios de interesse patrimonial; e recuperação e qualificação das Aldeias Vinhateiras.
2. *Valorização ambiental*: tratamento, recuperação e valorização de zonas ribeirinhas; e construção de praias fluviais.
3. *Construção e requalificação de infra-estruturas e equipamentos para reforço da competitividade regional*: construção e recuperação de auditórios, centros de arte e de cultura; construção de centros educativos e de formação profissional; construção e recuperação de infra-estruturas de apoio ao desporto; e construção e recuperação de infra-estruturas e equipamentos de apoio à actividade económica.

4. *Animação, promoção e divulgação de produtos, bens patrimoniais e actividades (projectos imateriais)*: apoio à promoção de produtos e actividades económicas locais; apoio à realização de estudos; promoção de publicações; e apoio a dinâmicas de reforço de organizações profissionais de sectores económicos tradicionais.
5. *Intempéries*: recuperação, reposição e reabilitação de rede viária danificada pelas intempéries de 2000/01.

Tomando como variável de referência o investimento elegível, as medidas de estatística descritiva incluídas no Quadro 2 indicam que existe uma enorme diversidade de situações, tanto ao nível do conjunto de projectos (coeficiente de variação de 137%), como dentro de cada tipo. Dentro destes, a maior dispersão relativa (avaliada pelo coeficiente de variação) ocorre nos projectos incluídos no tipo 3, seguidos pelos do tipo 1.

Quadro 2 – Estatísticas sumárias do investimento elegível por tipo

Tipo	Média (€)	Mínimo (€)	Máximo (€)	Coefic. Var. (%)
1. Requalificação urbana e paisagística	413.054,34	11.239,41	1.800.433,00	100,34
2. Valorização ambiental	392.755,46	50.160,00	670.384,37	70,72
3. Infra-estr. equip. p/ reforço competitividade reg.	647.987,89	24.570,78	5.276.284,15	165,27
4. Anim., prom. Divul. produtos, bens pat. activid.	113.595,94	13.231,93	299.794,10	75,26
5. Intempéries	617.752,38	93.408,82	1.745.792,64	84,05
Total	443.471,60	11.239,41	5.276.284,15	137,10

O Quadro 3 evidencia a distribuição dos projectos de acordo com o tipo, em termos de investimento elegível e respectiva comparticipação pelo FEDER. Constatase que o tipo *requalificação urbana e paisagística* acolhe o maior número de projectos, abarcando 50% do total, esgotando cerca de 47% do total do investimento elegível. Segue-se a *construção e requalificação de infra-estruturas e equipamentos para reforço da competitividade regional*, com 20% do total de projectos, ocupando, também, o 2º lugar em termos dos montantes envolvidos (29%). No que respeita ao número de projectos surge, de seguida, o tipo *animação, promoção e divulgação de produtos, bens patrimoniais e actividades*, com um total de 18 (13%), apesar de contribuir, apenas, para 3% do total de investimento. É, assim de realçar a importância do conjunto destas três áreas temáticas (1, 3 e 4), que agregam 80% do total de investimento elegível desta medida. Os restantes 20% distribuem-se pelos 16 projectos das *intempéries* e pelos 6 da *valorização ambiental*.

Quadro 3 – Distribuição dos projectos por tipo

Tipo	Nº	Investimento elegível (€)	% Total	Comparticip. FEDER (€)	% Total
1. Requalificação urbana e paisagística	68	28.087.694,92	46,91	19.301.822,49	46,61
2. Valorização ambiental	6	2.356.532,78	3,94	1.535.553,57	3,71
3. Infra-estrut. e equip. p/ reforço competitividade regional	27	17.495.673,11	29,22	11.637.380,01	28,69
4. Anim., prom. e divul. produtos, b. patrimoniais e activid.	18	2.044.726,86	3,42	1.526.875,34	3,69
5. Intempéries	16	9.884.038,02	16,51	7.413.028,52	17,90
Total	135	59.868.665,69	100,00	41.414.659,93	100,00

As entidades promotoras foram enquadradas em três categorias (Quadro 4), especificamente, em: *iniciativa pública de âmbito local*; *iniciativa pública de âmbito central*; e *organizações sem fins lucrativos*.

Quadro 4 – Categorias de entidades promotoras de projectos

1. Iniciativa pública de âmbito local	2. Iniciativa pública de âmbito central	3. Organizações sem fins lucrativos
1.1 Câmaras Municipais	2.1 Institutos Públicos e Outras Entidades sob Tutela da Administração Central	3.1 Associações e Outras Entidades de Desenvolvimento Local
1.2 Associações de Municípios	2.2 Empresas Públicas	3.2 Fundações

A análise do Quadro 5 mostra a importância determinante das *Câmaras Municipais* como entidades promotoras, tanto ao nível do número (110) como dos valores envolvidos (cerca de 79% do total). Os projectos promovidos pelas *Empresas Públicas*, *Associações de Municípios* e *Fundações* apresentam, em termos relativos, valores diminutos (entre 1 e 2% do total de investimento).

Quadro 5 – Distribuição dos projectos por entidade promotora

Entidade Promotora	Nº	Investimento elegível (€)	% Total	Comparticip. FEDER (€)	% Total
1.1 Câmaras Municipais	110	47.145.337,26	78,75	32.526.063,5	78,54
1.2 Associações de Municípios	2	1.000.397,29	1,67	750.297,97	1,81
2.1 Institutos Púb. e outras Entid. sob Tutela Adm. Central	6	7.991.275,25	13,35	5.722.972,43	13,82
2.2 Empresas Públicas	3	754.271,33	1,26	394.865,22	0,95
3.1 Assoc. e outras Entidades de Desenvolvimento Local	12	2.642.743,57	4,41	1.769.479,99	4,27
3.2 Fundações	2	334.640,99	0,56	250.980,74	0,61
TOTAL	135	59.868.665,69	100,00	41.414.659,9	100,00

Conjugando as áreas temáticas dos projectos com as entidades promotoras, obtêm-se os resultados contidos no Quadro 6. Confirma-se a relevância das *Câmaras Municipais*

como entidades promotoras, tanto no que respeita ao número de projectos como ao investimento, ao nível de quase todas as áreas temáticas. Esta situação é coerente tanto com os tipos de investimento efectuados, como, sobretudo, com o carácter de intervenção pontual dos projectos, ainda que, em vários casos, informalmente integrados em redes.

Quadro 6 – Distribuição dos projectos por tipo e entidade promotora

	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Total
1.1 Câm. Municipais	67	6	21		16	110
1.2 Assoc. Municípios	1			1		2
2.1 Ins.Púb.O.E.S/T.A.C.			3	3		6
2.2 Empresas Públicas			2	1		3
3.1 Assoc. O.E.D.Local			1	11		12
3.2 Fundações				2		2
Número Total	68	6	27	18	16	135
1.1 Câm. Municipais	27.239.738,50	2.356.532,78	7.665.027,96		9.884.038,02	47.145.337,26
1.2 Assoc. Municípios	847.956,42			152.440,87		1.000.397,29
2.1 Ins.Púb.O.E.S/T.A.C.			7.730.107,45	261.167,80		7.991.275,25
2.2 Empresas Públicas			683.353,12	70.918,21		754.271,33
3.1 Assoc. O.E.D.Local			1.417.184,58	1.225.558,99		2.642.743,57
3.2 Fundações				334.640,99		334.640,99
Investimento Total (€)	28.087.694,92	2.356.532,78	17.495.673,11	2.044.726,86	9.884.038,02	59.868.665,69

No que concerne à natureza dos projectos, foram utilizadas duas categorias para enquadrar os 135 projectos: *material* e *imaterial* (Quadro 7). Os projectos *materiais* dominam, tanto em número (117) como nos montantes envolvidos (cerca de 97% do total). A totalidade dos projectos *imateriais* está incluída no âmbito do tipo 4, a maioria é promovida por *Associações e outras Entidades de Desenvolvimento Local* (11 em 18).

Quadro 7 – Distribuição dos projectos de acordo com a natureza do investimento

Natureza do investimento	Nº	Investimento elegível (€)	% Total	Comparticip. FEDER (€)	
				FEDER (€)	% Total
Material	117	57823938,83	96,58	39887784,59	96,31
Imaterial	18	2044726,86	3,42	1526875,34	3,69
Total	135	59.868.665,69	100,00	41.414.659,93	100,00

Em síntese, o apoio público ao investimento para promoção da competitividade, da coesão e da qualificação territorial incidiu, sobretudo, em iniciativas de carácter material de requalificação urbanística e paisagística de aglomerados urbanos e de edifícios de interesse patrimonial e na concretização de infra-estruturas ligadas ao reforço da competitividade regional. Economicamente, os efeitos directos deste investimento dependerão da forma como vier a ser utilizada esta panóplia de infra-estruturas.

4. Avaliação da AIBT-Douro

Caracterizados os projectos, passa-se à apresentação dos procedimentos adoptados na avaliação, bem como os resultados da sua aplicação.

4.1 Metodologia

Na sua génese, a metodologia de avaliação utilizada segue a adoptada pela Universidade do Minho na avaliação intercalar da AIBT do Minho-Lima (Ramos *et al.*, 2003), com as adaptações julgadas convenientes, face à situação concreta da AIBT-Douro.

Basicamente, a metodologia baseia-se numa árvore de decisão hierarquizada em três níveis. O *primeiro nível* corresponde à tomada de decisão final, a qual tem em conta o contributo das várias intervenções para o objectivo global da AIBT, isto é, para a promoção da competitividade, da coesão e da qualificação territorial.

No *segundo nível* incluem-se os objectivos, ainda globais, da Acção, para a concretização dos quais contribuem os projectos. Estes objectivos são: (1) o fortalecimento da coesão territorial e institucional; e (2) a valorização dos recursos endógenos e estruturação do sistema económico regional. Para o alcance destes objectivos concorrem os projectos agregados nas cinco áreas temáticas: *requalificação urbana e paisagística* (F1); *valorização ambiental* (F2); *construção e requalificação de infra-estruturas e equipamentos para reforço da competitividade* (F3); *animação, promoção e divulgação de produtos, bens patrimoniais e actividades* (F4); e *intempéries* (F5). Os projectos integrados nas categorias F1, F2, F3 e F5 são de carácter material, tendo por base, fundamentalmente, investimentos em imobilizado corpóreo⁴. Os projectos inseridos em F4 são de natureza imaterial.

No *terceiro e último nível de decisão*, estabelecem-se os objectivos inerentes a cada um dos grupos de projectos. Para os incluídos em F1 a F3 foram definidas duas classes de objectivos: uma primeira (j=1) relacionada com aspectos físicos e materiais de concepção e realização do projecto; e uma segunda (j=2) ligada, fundamentalmente, aos efeitos ou impactes nas condições sociais e económicas do território. Para avaliação da importância relativa de cada um destes objectivos foi inquirido um conjunto de promotores-chave dentro de cada tipo de projectos, aos quais foi solicitado que, na escala de 1 (insignificante) a 5 (importante), indicassem a respectiva importância na concepção e realização dos projectos.

⁴ Releva-se que os projectos de “intempéries” (F5) não foram avaliados, porque visaram responder a uma situação conjuntural provocada pelas condições climatéricas do Inverno de 2000/2001, não se inserindo nos objectivos fundamentais da AIBT. A aplicação dos critérios de avaliação a este grupo de projectos traduzia-se numa eficiência global nula, não fazendo sentido, por isso, a sua avaliação.

Adicionalmente, cada um dos objectivos específicos foi desagregado em *Indicadores de Desempenho* (ID), cuja quantificação foi feita por um painel de 4 investigadores da equipa de avaliação, tendo por base a análise da documentação disponibilizada sobre cada projecto, assim como o conhecimento obtido no terreno, por entrevistas a promotores e visitas a um vasto conjunto de projectos já executados ou em execução. Para cada projecto, cada um destes indicadores foi quantificado pelos valores 0 (mínimo), 10, 20, 30, 40 e 50 (máximo), conforme a importância detectada. Em termos finais, o valor agregado de cada um dos objectivos foi expresso pela média aritmética dos valores atribuídos ao conjunto dos respectivos indicadores.

Para os projectos imateriais, grupo F4, embora seguindo-se idêntico procedimento ao dos materiais, apenas se considerou um objectivo específico, igualmente reflectido por indicadores expressos quantitativamente pela mesma ordem de grandeza dos materiais. Também aqui a média aritmética reflectia o valor agregado do objectivo.

Nos Quadros 1, 2, 3, e 4, em Anexo, apresentam-se os objectivos específicos definidos para cada um dos tipos de projectos, assim como os respectivos indicadores de desempenho (1ª coluna dos quadros) e impacte (2ª coluna dos quadros). Os ID são o ponto de partida para a quantificação da avaliação. Cada valor indica o respectivo grau de desempenho e o contributo para a aptidão de determinada alternativa para o objectivo específico em causa.

A *Aptidão* é medida numa escala contínua e normalizada, de forma a atingir todo o espaço de solução inicialmente previsto. Uma alternativa só tem aptidão máxima (50) se todos os indicadores tiverem esse valor. Para Ramos *et al.* (2003: 60): “*Esta metodologia permite estabelecer um ranking de alternativas, pois tem em conta um índice normalizado. Os valores obtidos para cada alternativa permitem, por um lado, a comparação com os valores obtidos por outras alternativas e, por outro, avaliar o seu desempenho, isto é a eficiência a um valor máximo possível (aptidão máxima possível)*”.

Para cada projecto, a média ponderada do valor dos objectivos específicos (somatório das médias dos indicadores multiplicadas pelos respectivos ponderadores/pesos relativos) permite obter o indicador de *Aptidão*, que pode variar entre 0 e 50.

O rácio entre o valor de *Aptidão* e a *Aptidão Máxima* (i.e., a obtida caso todos os objectivos atinjam a cotação máxima de 50) indica o *Grau de Eficiência do Projecto* (GEP). Este índice quantifica o afastamento do projecto em relação ao ponto óptimo, ou seja, ao projectado na fronteira de aptidão, permitindo atribuir, a cada projecto, uma

valoração qualitativa do tipo: Insuficiente (GEP até 50% ou *Aptidão* até 25); Suficiente (GEP de 50% a 70% ou *Aptidão* entre 25 e 35); Bom (GEP 70% a 80% ou *Aptidão* de 35 a 40); Muito Bom (GEP acima de 80% e *Aptidão* igual ou superior a 40).

Utilizando a percentagem do valor FEDER de cada projecto em relação ao valor total da respectiva tipologia, calcula-se o contributo do mesmo para a *Eficiência Global da AIBT*. Este indicador é calculado através da multiplicação de GEP pela percentagem FEDER que coube nesse tipo a esse projecto. Somando os valores obtidos para todos os projectos obtém-se a *Eficiência Global da AIBT* para o *Objectivo* ou tipo.

Adicionalmente, para se inferir estatisticamente da potencial influência do montante FEDER, do tipo de promotor (Câmara Municipal ou outro) e da tipologia de projecto, na classificação qualitativa do projecto (Insuficiente, Suficiente, Bom ou Muito Bom), estimou-se um modelo econométrico *ordered probit*⁵. Analiticamente, tem-se (Greene, 2003):

$$(4.1) \quad Y^* = X'B + \varepsilon$$

Em que: X' é a matriz de valores observados para as variáveis explicativas; B é o vector de coeficientes da regressão; ε é o erro estatístico com distribuição normal reduzida; e Y^* a variável dependente, cujos valores não observados são tais que:

$$(4.2) \quad Y = 0, \text{ se } Y^* \leq 0$$

$$(4.3) \quad Y = 1 \text{ se } 0 < Y^* \leq \mu_1$$

$$(4.4) \quad Y = 2 \text{ se } \mu_1 < Y^* \leq \mu_2$$

$$(4.5) \quad Y = j \text{ se } \mu_{j-1} < Y^* \leq \mu_j$$

Em que os μ_s são parâmetros desconhecidos e estimados conjuntamente com B .

Neste modelo, tanto o valor dos coeficientes da regressão como o respectivo sinal (positivo ou negativo) não têm interpretação directa. Perante esta restrição, tem especial interesse o efeito marginal (EM), o qual quantifica a alteração na variável dependente (probabilidade de atingir certo valor) em consequência da variação nas variáveis exógenas. Especificamente, para uma variável exógena contínua, o EM da variável X_i é:

$$(4.6) \quad \partial \text{Prob}(Y=j) / \partial X_i = [f(\mu_{j-1} - B'X_i) - f(\mu_j - B'X_i)]B$$

sendo $f(\cdot)$ a função densidade normal reduzida.

⁵ Este modelo aplica-se em situações em que há um *ranking* (como é este caso) em que as respostas são codificadas com números (e.g., Insuficiente = 0, Suficiente = 1, Bom = 2 e Muito Bom = 3), mas a diferença quantitativa entre os números, p. ex., a diferença entre 3 e 2 e entre 1 e 0, não é a mesma.

Como para cada valor de X_i existe um EM, considera-se, em geral, a média aritmética ou o valor no ponto médio⁶ de X_i . No caso da variável explicativa ser do tipo discreto ($X_i = 1$ versus $X_i = 0$), o EM é dado pela diferença no valor das probabilidades, com:

$$(4.7) \quad EM = \text{Prob}(Y=j | X_i = 1) - \text{Prob}(Y=j | X_i = 0)$$

4.2. Resultados

Para cada uma das áreas temáticas, no Quadro 8 constam o número de inquiridos, a importância absoluta (soma dos níveis de importância atribuídos pelos inquiridos) de cada um dos objectivos específicos, assim como os inerentes ponderadores.

Quadro 8 – Ponderadores dos objectivos específicos dos projectos

Objectivos	Número de inquiridos	Importância absoluta	Ponderadores
Requalificação urbanística e paisagística (F1) - Requalificação urbanística e paisagística (F11) - Melhoria das condições de vida da população e dinamização das actividades económicas (F12)	13	56	48,7%
		59	51,3%
Valorização ambiental (F2) - Valorização e requalificação de corredores ambientais (F21) - Melhoria das condições de vida da população, promoção e dinamização de actividades económicas (F22)	2	9	50,0%
		9	50,0%
Construção e requalificação de infra-estruturas e equipamentos para reforço da competitividade (F3) - Construção e requalificação de infra-estruturas económicas e equipamentos (F31) - Reforço e coesão da competitividade regional (F32)	5	22	50,0%
		22	50,0%
Animação promoção e divulgação de produtos, bens patrimoniais e actividades (F4) - Valorização dos recursos e potencialidades da região (F41)	—	—	100,0%

Os valores encontrados para os ponderadores dos objectivos específicos de cada um dos tipos de investimentos materiais evidenciam que os seus promotores tendem a conciliar a componente física com os impactes sociais e económicos, atribuindo-lhes, tendencialmente, igual importância.

Para os projectos imateriais de *animação, promoção e divulgação de produtos, bens patrimoniais e actividades*, como se considerou como único objectivo a valorização dos recursos e potencialidades da região, a ponderação é, naturalmente, de 100%, tendo sido dispensada a inquirição.

⁶ Além disso, se a variável dependente (Y) tiver mais do que três possibilidades, os efeitos marginais têm o sinal oposto dos concomitantes coeficientes da regressão.

➤ Indicadores de Desempenho

Nos quadros que se seguem apresenta-se uma síntese⁷ dos Indicadores de Desempenho (ID), isto é, a média aritmética de cada indicador, assim como seu contributo relativo, por tipo de projecto. Este último é dado pelo rácio entre a soma de certo ID para todos os projectos e o somatório de todos os ID para o objectivo específico.

Como se visualiza no Quadro 9, a grande maioria dos projectos incide sobre acções pontuais que, em muitos casos, eventualmente em complementaridade com outros investimentos públicos, permitiram uma melhoria significativa do “rosto visível” de um número razoável dos centros urbanos (no caso do Douro, as sedes de concelho, e na TQT, também os núcleos rurais), designadamente do património cultural edificado, criando uma melhoria da auto-estima e das condições de vida da população residente. Na perspectiva económica, os investimentos teriam efeitos propulsores superiores se interligados com outras iniciativas, financiadas, ou não, por fundos públicos.

Quadro 9 – Requalificação urbanística e paisagística: síntese dos ID

Objectivos específicos e indicadores de desempenho	Média	Contributo relativo (%)
Requalificação urbana e paisagística (F11)	38,09	100,00
- Intervenção estruturante	32,65	21,43
- Intervenção inovadora	32,21	21,14
- Contribui para a preservação do património histórico e cultural	39,26	25,77
- Interliga-se com outros investimentos materiais e imateriais	48,24	31,66
Melhoria das condições de vida da população, promoção e dinamização de actividades económicas (F12)	38,24	100,00
- Melhora as condições de vida da população local, permitindo a sua fixação	41,18	26,92
- Promove a coesão social e territorial, inserindo-se numa rede de iniciativas	41,03	26,83
- Proporciona o surgimento de actividades economicamente relevantes	33,24	21,73
- Promove a interligação entre actividades e serviços	37,50	24,52

A informação contida no Quadro 10, permite perceber que os 6 projectos incluídos na categoria de *valorização ambiental* são uma mais valia para a sub-região em que se integram, tanto do ponto de vista da intervenção física, como ao nível dos impactes sociais e económicos. Ao nível físico, estamos perante projectos que, indubitavelmente, contribuem para a eliminação de dissonâncias ambientais, promovem espaços de lazer, são estruturantes e estão interligados com outros investimentos materiais e imateriais. Em termos sociais e económicos, geram, de forma altamente positiva, uma nova imagem ambiental da região, melhoram as condições de vida da população residente e promovem novos domínios de competitividade nas áreas do lazer e turismo.

⁷ Ver em Cristóvão *et al.* (2005), Anexo II, os indicadores inerentes à avaliação de cada projecto.

Quadro 10 – Valorização ambiental: síntese dos ID

Objectivos específicos e indicadores de desempenho	Média	Contributo relativo (%)
Valorização e requalificação de corredores ambientais (F21)	45,33	100,00
- Intervenção estruturante	45,00	19,85
- Intervenção inovadora	40,00	17,65
- Aproveita e promove o espaço de lazer	50,00	22,06
- Elimina dissonâncias ambientais	46,67	20,59
- Interliga-se com outros investimentos materiais e imateriais	45,00	19,85
Melhoria das condições de vida da população, promoção e dinamização de actividades económicas (F22)	44,17	100,00
- Melhora as condições de vida da população residente	50,00	28,30
- Promove novos domínios competitividade no âmbito do lazer e turismo	43,33	24,53
- Promove uma nova imagem do local e da região, com base nos valores de excelência ambiental e do ordenamento	46,67	26,42
- Reforça e potencia a viabilidade de actividades económicas	36,67	20,75

No Quadro 11 é visível que no campo da *construção e requalificação de infra-estruturas e equipamentos para o reforço da competitividade* foi levado a cabo um grupo de projectos importantes para o desenvolvimento sustentado do território. Dentro dos projectos inseridos nesta categoria a componente física (38,8 de média) tem um valor muito idêntico ao dos impactes socio-económicos (37,6 de média).

Quadro 11 – Construção e requalificação de infra-estruturas e equipamentos para reforço da competitividade: síntese dos ID

Objectivos específicos e indicadores de desempenho	Média	Contributo relativo (%)
Construção e requalificação de infra-estruturas e equipamentos (F31)	38,80	100,00
- Investimento estruturante e transversal à região	38,15	24,58
- Investimento inovador	36,30	23,39
- Contribui para a preservação do património histórico e cultural	38,15	24,58
- Interliga-se com outros investimentos materiais e imateriais	42,59	27,45
Reforço e coesão da competitividade regional (F32)	37,59	100,00
- Melhora as condições de vida da população residente	44,07	28,40
- Promove e reforça a competitividade da região	38,89	25,06
- Atrai e fixa nova população à região	31,48	20,29
- Tem efeitos positivos e multiplicadores s/ outras actividades económ.	35,93	23,15

Considerando os resultados contidos no Quadro 12, os projectos imateriais levados a cabo no âmbito da AIBT-Douro, além de alguma transversalidade com outros investimentos materiais e imateriais, contribuíram, sobretudo, para a valorização e divulgação sustentada de produtos e serviços da região, não mostrando uma capacidade propulsora de novas dinâmicas institucionais e de empreendedorismo na região.

Quadro 12 – Animação, promoção e divulgação de produtos, bens patrimoniais e actividades (F4): síntese dos ID

Objectivo e indicadores de desempenho	Média	Contributo relativo (%)
Valorização dos recursos e potencialidades da região	31,94	100,00
- Contribui para o reforço da identidade e coesão económica e social da região	36,11	18,84
- Contribui para a valorização e divulgação sustentada de produtos e serviços da região	38,33	20,00
- Contribui para o reforço e/ou aparecimento de actividades inovadoras e de elevado valor acrescentado	28,33	14,78
- Interliga-se com outros investimentos materiais e imateriais	35,56	18,55
- Dinamiza e fortalece dinâmicas institucionais e regionais	30,00	15,65
- Reforça a capacidade empreendedora da região	23,33	12,18

➤ **Eficiência dos Projectos e da Acção**

Como a *Aptidão* é um valor intermédio para o cálculo do Grau de Eficiência dos Projectos (GEP), medindo este o afastamento do projecto em relação ao ponto óptimo, ou seja, ao projectado na fronteira de aptidão, no Quadro 13 apenas se evidencia a informação estatística, sintética, sobre o GEP, por tipo. Os coeficientes de variação indicam que existe uma concentração à volta da média aritmética relativamente elevada, podendo esta ser utilizada como um “bom” indicador-síntese da situação observada. Comparando os GEP dos quatro tipos, verifica-se que todos têm eficiência média positiva (acima dos 50%). O de *valorização ambiental* atinge o valor mais elevado (89,5%), posicionando-se no sentido contrário os imateriais, com 63,9%.

Quadro 13 – Medidas de estatística descritiva do GEP (em %)

Tipologia de projectos/objectivos	Média	Máximo	Mínimo	Coef. variação
Requalificação urbanística e paisagística	76,3	97,6	70,0	11,5
Valorização ambiental	89,5	95,5	82,0	6,3
Construção e requalificação de infra-estruturas e equipamentos para reforço da competitividade	76,4	95,0	65,0	13,5
Animação, promoção e divulgação de produtos, bens patrimoniais e actividades	63,9	96,7	23,3	29,4

O Quadro 14 expressa os valores da EGO, os valores FEDER e respectivas percentagens de cada um dos tipos no total e ainda o contributo de cada um destes (EGO x % FEDER) para a *Eficiência Global (EG)*⁸ da AIBT.

⁸ A EG da AIBT é igual à soma dos contributos de cada tipo de projectos (ou objectivo) para a AIBT, isto é ao somatório de EGO x % FEDER.

Quadro 14 – Eficiência Global dos Objectivos e da AIBT

Tipologia de projectos/objectivo	EGO (%)	FEDER (€)	% FEDER	EGO x %FEDER
Requalificação urbanística e paisagística	81,37	19.301.822,49	56,77	46,13
Valorização ambiental	92,37	1.535.553,57	4,52	4,17
Construção e requalificação de infra-estruturas e equipamentos para reforço da competitividade	87,28	11.637.380,01	34,23	29,87
Animação, promoção e divulgação de produtos, bens patrimoniais e actividades	69,59	1.526.875,34	4,48	3,13
Total		34.001.631,41	100,00	83,30

Os valores das EGO, além de superiores a 50%, estão todos acima das médias aritméticas dos GEP (Quadro 13), situação elucidativa de que, em todos os tipos, os projectos de maior dimensão, reflectida na maior percentagem no FEDER, têm um grau de eficiência superior. À excepção do objectivo de *animação, promoção e divulgação de produtos, bens patrimoniais e actividades* (69,6%), com “Suficiente” (próximo do “Bom”), os restantes objectivos podem ser classificados com “Muito Bom”, em especial o de *valorização ambiental* (92,4%), seguido do de *construção e requalificação de infra-estruturas e equipamentos para reforço da competitividade* (87,3%).

A *Eficiência Global* da Acção (83,3%) é classificada como “Muito Boa”. Para este resultado contribuem, sobretudo, a *requalificação urbanística e paisagística* (46,1%) e a *construção e requalificação de infra-estruturas e equipamentos para reforço da competitividade* (29,9%). A elevada EGO da *valorização ambiental* (92,4%) é atenuada pela baixa percentagem dos fundos FEDER (4,5%) no total.

➤ **Classificação dos projectos: influência da participação FEDER, do tipo de promotor e de projecto**

Como vimos, o GEP quantifica o afastamento de cada projecto em relação ao ponto óptimo, ou seja, ao projectado na fronteira de aptidão. Partindo da informação quantitativa, pode ser feita a seguinte valoração: “Insuficiente” (GEP até 50% ou Aptidão até 25); “Suficiente” (GEP de 50% a 70% ou Aptidão entre 25 e 35); “Bom” (GEP 70% a 80% ou Aptidão de 35 a 40); e “Muito Bom” (GEP acima de 80% e Aptidão igual ou superior a 40).

A fim de inferirmos da influência das variáveis comparticipação FEDER (X_1)⁹, tipo de promotor (X_2) e tipo de projecto (X_3, X_4, X_5) na classificação qualitativa ao nível do GEP (Y), estimou-se um modelo *ordered probit*¹⁰.

A variável dependente Y apresenta as características reportadas no Quadro 15. Como se pode ver, 1,7% dos projectos foram classificados com “Insuficiente”, 15,1% com “Suficiente”, 52,1% com “Bom” e 31,2% com “Muito Bom”.

Quadro 15 – Dados sobre a variável dependente GEP (Y)

Valores	Classificação	Classe GEP	Nº Observações (%)
Y = 0	Insuficiente	GEP < 50%	2 (1,7%)
Y = 1	Suficiente	50% ≤ GEP < 70%	18 (15,1%)
Y = 2	Bom	70% ≤ GEP < 80%	62 (52,1%)
Y = 3	Muito Bom	GEP ≥ 80%	37 (31,1%)

A variável explicativa quantitativa “montante FEDER” (X_1) tem um valor médio de cerca de 286 mil euros e um coeficiente de variação (desvio padrão/média) de 153%, ou seja, uma grande dispersão no valor dos investimentos, em coerência com a grande diversidade de projectos. O valor mínimo é de 5,6 mil euros e o máximo de 3.693 mil euros.

O tipo de proponente é captado pela variável *dummy* X_2 , a qual assume o valor 1 se o promotor é Câmara Municipal (94 projectos) e 0 em caso contrário.

Os quatro tipos de projectos são expressos pelas seguintes variáveis *dummy*: $X_3=1$ se o projecto é de *valorização ambiental* (6 projectos) e $X_3=0$, em caso contrário; $X_4=1$ se o projecto é de *construção e requalificação de infra-estruturas e equipamentos para reforço da competitividade* (27 projectos) e $X_4=0$, se não; $X_5=1$ se o projecto é de *animação, promoção e divulgação de produtos, bens patrimoniais e actividades - imateriais* (18 projectos) e $X_5=0$, se não (engloba os projectos materiais).

O Quadro 16 contempla os resultados da regressão do modelo *ordered probit*. Face ao valor do Qui-quadrado, verifica-se que a regressão é globalmente significativa e que, das variáveis consideradas, apenas o coeficiente de regressão associado a X_5 (projectos imateriais versus projecto materiais) pode ser assumido como nulo.

⁹ Porque existe uma proporção entre o investimento e a comparticipação FEDER, alternativamente, podia ser utilizado o valor do primeiro como variável explicativa, sendo os resultados obtidos, naturalmente, idênticos.

¹⁰ Em alternativa foi também estimado um modelo *ordered logit*, que, de acordo com o previsível, proporcionou resultados idênticos aos do *probit*. Por este motivo apenas se reportam os resultados deste último.

Quadro 16 – Resultados da função índice de probabilidade do modelo *ordered probit*

Variáveis independentes	Coefficiente (Erro pad.)
Montante FEDER (X_1)	0,003* (0,0003)
Tipo de promotor ($X_2 = 1$ se Câmara Municipal ou 0 se não)	-0,869* (0,1881)
Tipologia de projecto ($X_3 = 1$ se de valorização ambiental ou 0 se não)	2,868* (0,5858)
Tipologia de projecto ($X_4 = 1$ se infra-est./equip. p/ reforço compet. ou 0 se não)	0,544* (0,2602)
Tipologia de projecto ($X_5 = 1$ se imaterial ou 0 se não)	0,212 (0,2639)
Qui-quadrado	73,59*

* Estatisticamente significativo ao nível de 1%

No Quadro 17 apresenta-se uma síntese dos efeitos marginais de cada uma das variáveis explicativas. Para a variável contínua X_1 (expressa em milhares de euros¹¹), como o EM apenas é negativo para $Y=0$, infere-se que, à medida que o valor da comparticipação do FEDER aumenta (e, logo, também o do investimento), aumenta a probabilidade do respectivo projecto ter uma classificação positiva. Ou seja, quanto maior o investimento, melhor a qualidade dos projectos.

Quadro 17 – Síntese dos efeitos marginais do modelo de probabilidade *ordered probit*

	Y = 0 (Insuficiente)	Y = 1 (Suficiente)	Y = 2 (Bom)	Y = 3 (Muito bom)
Montante FEDER (X_1)	-0,0010	0,0003	0,0004	0,0003
Tipo de promotor ($X_2 = 1$ se Câmara Municipal ou 0 se não)	0,2817	-0,0024	-0,1139	-0,1654
Tipologia de projecto ($X_3 = 1$ se de valorização ambiental ou 0 se não)	-0,4131	-0,4016	-0,0263	0,8410
Tipologia de projecto ($X_4 = 1$ se infra-estruturas para reforço da competitividade ou 0 se não)	-0,1889	0,0237	0,0749	0,0902
Tipologia de projecto ($X_5 = 1$ se imaterial ou 0 se não)	-0,0779	0,0159	0,0300	0,0320

Os efeitos marginais das variáveis binárias (X_2 , X_3 , X_4 e X_5) expressam a diferença no valor da respectiva probabilidade entre a ocorrência ou não do acontecimento. Assim sendo, considerando o sinal do EM associado à variável, tem-se:

- Quando comparados com todos os outros tipos de promotores, os projectos apresentados pelas Câmaras Municipais têm maior probabilidade de serem classificados com nota não-positiva (“Insuficiente”, com um EM de 0,28). Parece, assim, haver por parte das organizações que não as Câmaras Municipais uma maior preocupação na apresentação de projectos de maior qualidade;

¹¹ Como é evidente, os valores absolutos do coeficiente da regressão e do EM são afectados pela unidade de medida das variáveis.

- Os projectos de *valorização ambiental* sobrepõem-se e destacam-se em relação ao conjunto de todos os outros, sendo bastante elevada a variação da probabilidade de obterem “Muito Bom” (EM de 0,84). Este resultado indica que estes projectos foram, dentro do conjunto, os mais coerentes com os objectivos da AIBT-Douro;
- Quando comparados com os restantes, os projectos de *infra-estruturas e equipamentos para melhoria da competitividade* tendem a ser classificados como positivos, pois apenas o EM associado a Insuficiente é negativo (EM=-0,19), sendo nos restantes casos positivo, embora de valor reduzido;
- Quanto aos projectos imateriais, face aos materiais, o EM é negativo para a classificação Insuficiente e positivo para as restantes classificações, mas de valor quase nulo. Este resultado indica que não há diferenças qualitativas entre os dois conjuntos de projectos, o que é coerente com a significância estatística do respectivo parâmetro da regressão.

5. Conclusão

A AIBT-Douro foi formalmente aprovada em 2000, tendo como objectivos específicos o fortalecimento da coesão territorial e institucional, a valorização dos recursos endógenos e a estruturação do sistema económico duriense. A acção incidiu num espaço problemático, em termos de desenvolvimento, marcado por fortes assimetrias na distribuição da riqueza, por declínio demográfico, envelhecimento populacional e elevadas taxas de analfabetismo, insucesso e abandono escolares. Apesar dos progressos registados, trata-se de um território ainda marcado por fragilidades nos domínios das acessibilidades, da infra-estruturação ambiental e do desenvolvimento económico. Neste último aspecto, a região apresenta ainda uma excessiva dependência da vitivinicultura, uma insuficiente valorização de outros recursos agrícolas e uma lenta progressão no campo do turismo.

Reportando-nos à avaliação da AIBT-Douro, podemos inferir que o conjunto de projectos revela uma forte conformidade com os objectivos da Medida. Deste facto resulta que a EGA é classificada como “Muito Boa”. Apesar disso, há ainda campo para progressos, em especial se forem seguidas as melhores práticas, em coerência com os objectivos da Medida e com os procedimentos adoptados nos “melhores” projectos.

Ainda que com efeito de alavancagem positivo (*spillover*), a AIBT-Douro revela, contudo, algumas fraquezas, sendo de destacar: (1) o grau limitado de integração, ficando de fora domínios de acção essenciais para o desenvolvimento do território; (2) o enfoque

dominante em intervenções de nível municipal, com défice de projectos transversais; (3) o privilégio dado aos municípios como promotores de projectos, com a correspondente subestimação das organizações da sociedade civil; e (4) o esforço insuficiente de articulação com outros instrumentos de desenvolvimento territorial, como, por exemplo, a Iniciativa LEADER e outros no âmbito da agricultura e do desenvolvimento rural.

Considerando que os caminhos do desenvolvimento do território passam, fundamentalmente, pela valorização das suas principais potencialidades e recursos endógenos, nomeadamente, as pessoas, o património histórico-cultural, a paisagem e os produtos mais emblemáticos, em termos de construção de um novo instrumento de desenvolvimento, na senda das AIBT, impõem-se três recomendações principais: (1) aprofundar a lógica da intervenção de base territorial, pois o espaço em causa mantém sérias fragilidades em diversas áreas e possui reconhecidas potencialidades de desenvolvimento; (2) complementar e aprofundar o trabalho realizado no quadro de investimento já realizado, articulando projectos e reforçando a dimensão estruturante e os efeitos de rede; e (3) apostar numa gestão a partir do território, com base numa estrutura própria e em liderança com reconhecida legitimidade política e capacidade técnica.

Na consecução daqueles objectivos deve ser privilegiada uma abordagem territorial, em detrimento da intervenção sectorial e vertical, a maioria das vezes desligada e desarticulada, no espaço e no tempo, de outras acções.

Referências bibliográficas

- CCRN (2002). *Programa Operacional da Região Norte - Complemento de Programação*. Porto: Autor.
- Cristóvão, Artur (coordenador); A. Baptista; L. Correia; A. Rodrigues; C. Marques e J. Rebelo (2005). *Relatório Final do Estudo de Avaliação Estratégica da Acção Integrada de Base Territorial do Douro*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, DESG/CETRAD.
- Greene, William H. (2003). *Econometric Analysis* (Fifth Edition). New Jersey: Prentice Hall, Pearson Education International.
- Ramos, Rui, L. Silva e D. Rodrigues (2003). *Relatório Final do Estudo de Avaliação Estratégica da AIBT Minho-Lima*. Guimarães: Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho.
- Ribeiro, J. Cadima e J. Freitas Santos (2006). “Produtos do Território e Desenvolvimento Local”, in *Ensaio de Homenagem a António Simões Lopes*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, 165-183.

ANEXO – OBJECTIVOS ESPECÍFICOS E INDICADORES DE DESMPENHO

Quadro 1 – Requalificação urbanística e paisagística (F1): objectivos específicos (F11 e F12) e ID

<i>Requalificação urbana e paisagística (F11)</i>	<i>Melhoria das condições de vida da população, promoção e dinamização de actividades económicas (F12)</i>
Intervenção estruturante	Melhora as condições de vida da população local, permitindo a sua fixação
Intervenção inovadora	Promove a coesão social e territorial, inserindo-se numa rede de iniciativas
Contribui para a preservação do património histórico e cultural	Proporciona o surgimento de actividades economicamente relevantes
Interliga-se com outros investimentos materiais e imateriais	Promove a interligação entre actividades e serviços

Quadro 2 – Valorização ambiental (F2): objectivos específicos (F21 e F22) e ID

<i>Valorização e requalificação de corredores ambientais (F21)</i>	<i>Melhoria das condições de vida da população, promoção e dinamização de actividades económicas (F22)</i>
Intervenção estruturante	Melhora as condições de vida da população residente
Intervenção inovadora	Promove novos domínios de competitividade no âmbito do lazer e turismo
Aproveita e promove o espaço de lazer	Promove uma nova imagem do local e da região, com base nos valores de excelência ambiental e do ordenamento
Elimina dissonâncias ambientais	Reforça e potencia a viabilidade de actividades económicas
Interliga-se com outros investimentos materiais e imateriais	

Quadro 3 – Construção e requalificação de infra-estruturas e equipamentos para reforço da competitividade (F3): objectivos específicos (F31 e F32) e ID

<i>Construção e requalificação de infra-estruturas e equipamentos (F31)</i>	<i>Reforço e coesão da competitividade regional (F32)</i>
Investimento estruturante e transversal à região	Melhora as condições de vida da população residente
Investimento inovador	Promove e reforça a competitividade da região
Contribui para a preservação do património histórico e cultural	Atrai e fixa nova população à região
Interliga-se com outros investimentos materiais e imateriais	Tem efeitos positivos e multiplicadores sobre outras actividades económicas

Quadro 4 – Animação, promoção e divulgação de produtos, bens patrimoniais e actividades (F4): objectivo específico e indicadores de desempenho

Valorização dos recursos e potencialidades da região (F41)

Contribui para o reforço da identidade e coesão económica e social da região

Contribui para a valorização e divulgação sustentada de produtos e serviços da região

Contribui para o reforço e/ou aparecimento de actividades inovadoras e de elevado valor acrescentado

Interliga-se com outros investimentos materiais e imateriais

Dinamiza e fortalece dinâmicas institucionais e regionais

Reforça a capacidade empreendedora da região